1979 ANO DE CONSOLIDAÇÃO DAS NOSSAS CONQUISTAS

SAMORA MACHEL

Façamos de 1980-1990 a década da vitória sobre o subdesenvolvimento

11
colecção
"PALAVRAS de ORDEM"
EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

PREFÁCIO

O discurso agora editado em brochura pelo DTIP foi proferido por Sua Excelência o Presidente do Partido FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, no encerramento da Sessão Alargada do Conselho de Ministros que teve lugar de 1 a 4 de Agosto de 1979 em Maputo.

Essa sessão teve como objectivo a análise e aprovação do Plano Estatal Central para 1979/80. No entanto, a orientação imprimida por Sua Excelência o Presidente Samora Machel no sentido de aprofundar o estudo da nossa situação económica actual, sector por sector, detectar os problemas concretos existentes, os pontos de estrangulamento e encontrar as soluções correctas para cada caso, permitiu que a reunião superasse em muito os seus objectivos iniciais. Ela transformou-se num momento fundamental de reflexão sobre a via do nosso desenvolvimento e sobre as formas de atingir os grandes objectivos estratégicos definidos pela direcção do Partido FRELIMO.

O discurso de Sua Excelência sintetiza os trabalhos da sessão, analisa algumas das nossas insuficiências actuais e traça importantíssimas orientações para o nosso desenvolvimento económico na década de 1980/1990, que define como sendo a década em que venceremos definitivamente o subdesenvolvimento, em que acabaremos com a fome, a nudez, o analfabetismo e a miséria.

Para isso, temos que chegar a 1990 com uma indústria

desenvolvida, com a indústria de base a funcionar e com a agricultura relativamente mecanizada. Temos que fazer um gigantesco esforço de crescimento, esforço de aumento da produção e da produtividade e também de melhoria dos métodos de trabalho e de organização. Neste processo, cabe um papel central à planificação, que deverá tornar-se cada vez mais rigorosa, mais científica, para poder orientar de forma efectiva todo o nosso desenvolvimento económico.

Na sua intervenção, o dirigente máximo da Revolução Moçambicana, ao analisar algumas das insuficiências que impedem que avancemos mais depressa, apontou a falta de concentração do poder de direcção, em diversos níveis e sectores, como causa principal pelo atraso e hesitação na tomada de muitas decisões importantes para a nossa economia. Salientou que é necessário combatermos energicamente o departamentalismo que ainda se verifica ao nível das várias estruturas do Estado. Só assim cada responsável, independentemente do sector a que se encontre directamente ligado, poderá sentir como seus os problemas e as dificuldades de todos os sectores, e assumir uma visão global, nacional, de conjunto, de todas as questões.

Este discurso de Sua Excelência o Presidente Samora Moisés Machel é um documento fundamental de estudo e de trabalho. Nele encontramos orientações importantíssimas para a correcção das falhas que ainda se verificam no nosso trabalho a todos os níveis; nele encontramos a perspectiva geral do nosso desenvolvimento ao longo da década 1980/1990 — período em que vamos dar passos decisivos na edificação do Socialismo no nosso País.

Senhores membros do Conselho de Ministros,

Senhoras e Senhores,

Para estudar o Plano 1979/80, o Conselho de Ministros decidiu realizar uma sessão alargada. Durante quatro dias cerca de 160 dirigentes e quadros superiores do Aparelho do Partido e do Estado, participaram nesta Sessão Alargada. Estiveram presentes para assumir a visão de conjunto do Plano e consciencializarem-se da responsabilidade individual que a cada um cabe no cumprimento do Plano. Foi na participação no debate que cada um pôde adquirir a sensibilidade idêntica capaz de concentrar o esforço, o esforço disperso. O debate foi amplo. Nas sessões plenárias houve inúmeras exposições e intervenções, além das discussões que se desenrolaram na Comissão de trabalhos.

A reunião foi precedida por um trabalho intenso na Comissão Nacional do Plano que se estendeu por vários meses. Esse trabalho foi assente nos estudos e discussões feitos com sectores centrais da produção.

Precedendo esta reunião, no curso da 5.ª Sessão do Comité Central, da 4.ª Sessão da A. P. e da reunião de 3 a 6 de Julho estudámos no detalhe a fase e o grau de cumprimento das Directivas Económicas e Sociais do 3.º Congresso. Identificámos os nós de estrangulamento surgidos e as tarefas a realizar para

o cumprimento das metas definidas, para a superação das dificuldades encontradas.

Assim, estávamos devidamente armados para analisar o esforço a cumprir no período 1979/80, para sabermos como coordenar as numerosas pequenas forças e transformá-las numa vaga poderosa conducente à realização das metas.

Porque já sentimos o pulso da nossa economia, porque já somos capazes de identificar as direcções principais do nosso avanço, esta reunião ultrapassou a simples discussão do período 1979/80 para fazer aparecer os fulcros essenciais, os parâmetros do desenvolvimento socialista da economia moçambicana.

O SENTIDO DO PLANO 1979/80

Fizemos o ponto da situação, que se caracteriza pela recuperação generalizada da nossa economia.

Em 1974, na sequência da pilhagem e da guerra colonial, como efeito da derrota sofrida, o sistema colonial-capitalista encontrava-se em pleno descalabro, num caos completo.

A acção demagógica das autoridades coloniais entre Abril e Setembro de 1974 agravou seriamente a situação, promovendo a indisciplina e a anarquia em todos os sectores da vida económica e social. Esta acção prolongou-se durante o período de transição e nos primeiros momentos da Independência Nacional. Repisar estes factos permite-nos determinar o momento a partir do qual se situou o esforço de recuperação e medir a dimensão heróica dessa recuperação.

Em 1977, conseguimos deter a desagregação do sistema económico, a paralisação da produção e a ruptura no abastecimento do povo. Iniciámos o processo de recuperação não a partir de zero, mas muito abaixo de zero. Não possuíamos estatísticas, não possuíamos os quadros, não possuíamos os «stocks» necessários, o inventário das necessidades. Não tínhamos a noção do relacionamento íntimo entre todos os sectores de produção, entre

todos os sectores económicos e sociais. Num local, o camponês queixava-se da falta da enxada e do tecido para a capulana. Noutro, o operário lamentava a falta do bilete de aço ou do corante para o têxtil. Todavia, ninguém era capaz de dizer que o não se ter colhido o caju, impediu a compra do bilete de aço que fabricava a enxada e do corante necessário à capulana. Lamentava-se que o algodão ficasse na machamba a estragar-se, esperando o escoamento. No entanto, não se pegava na picareta e na enxada que abrisse ou reparasse a picada por onde o camião pudesse vir buscar o algodão e trazer o sal e o açúcar. Dizia-se que faltava o quadro, falava-se da falta de quadros, sem compreender que a resolução do problema exigia o esforço da educação para a formação dos quadros necessários.

O nosso País era visto em imagens fragmentadas de um caleidoscópio. Hoje, temos a imagem correcta de um corpo com a sua cabeça, com os seus membros, com todos os seus órgãos.

Este é o resultado da acção do Partido. É o resultado do pensamento comum e dirigente, é o fruto da análise marxista-leninista da nossa realidade.

DIFICULDADES DA ELABORAÇÃO DO PLANO

O ano passado, soubemos pela primeira vez elaborar um programa económico e social que orientou a nossa actividade. Este ano, somos capazes de fazer um plano económico e social, que abrange e dirige verdadeiramente os sectores essenciais da nossa vida quotidiana. Um plano com os seus balanços materiais compatibilizados, um plano com um mínimo de rigor científico, um plano que efectivamente contém em si os meios para o tornar obrigatório. Um plano com uma metodologia científica que conduzirá Ministérios e empresas, sectores económicos e sociais a um rigor de realização, a um rigor de metodologia.

É certo que o Plano presente comporta importantes limitações.

A realidade é que a Comissão Nacional do Plano, o Estado-

-Maior da nossa economia, ainda não dispõe do número minimamente necessário de quadros. O trabalho que nos foi apresentado resulta de um esforço sobre-humano que até se repercute na saúde dos próprios quadros da Comissão Nacional do Plano. Necessitamos de implementar a redistribuição de quadros de maneira a assegurar o fundamental, como já foi determinado no Programa de tarefas e prazos, resultante da reunião de 3 a 6 de Julho.

Uma outra limitação importante do Plano é a compatibilização com os meios financeiros do país. O atraso nesse sector pode vir a comprometer algumas realizações.

Igualmente, na elaboração do Plano, desta vez não foi possível fazer intervir, com a mesma amplidão, as empresas, os trabalhadores, que, em última análise, são os responsáveis imediatos do cumprimento. É difícil cumprir-se aquilo que não se apreende em todas as suas dimensões. Por isso é necessário explicarmos amplamente a todos os trabalhadores o sentido e o esforço do presente Plano.

Registar estas limitações na elaboração do Plano é indicar como melhor trabalharmos, é localizar as insuficiências e doenças para as podermos tratar devidamente.

O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA É TAREFA DE TODOS

Um dos pontos principais surgidos no decorrer dos nossos trabalhos é o de aperfeiçoarmos continuamente os nossos métodos, para que estes correspondam aos objectivos que nos propomos atingir, e sobretudo para que rentabilizem e valorizem os sacrifícios enormes que exigimos de cada quadro, de cada trabalhador, de cada cidadão.

A ruptura com o subdesenvolvimento, a edificação do socialismo têm como campo de batalha principal a economia. A economia nacional não é apenas tarefa dos Ministérios ditos económicos e das empresas. É tarefa de todos, é tarefa de cada um.

É tarefa da criança que na escola não suja a parede. É tarefa do passageiro que no machimbombo não está a riscar os assentos com um canivete. É tarefa da dona de casa que se preocupa em apagar as luzes quando não são precisas. É tarefa do empregado que no seu escritório fecha a torneira que está a verter. É tarefa do trabalhador que não chega atrasado ao serviço. É tarefa do Ministério da Educação que prepara os programas de ensino para satisfazer as necessidades científicas e tecnológicas crescentes da economia nacional. É tarefa do Ministério da Saúde que nas campanhas da promoção da saúde popular evita que o paludismo retire à produção dezenas de milhões de horas por ano. É tarefa da Polícia ao manter o clima de ordem e tranquilidade necessárias para que as pessoas trabalhem e repousem. É tarefa das Forças Armadas, ao proteger os centros económicos, a vida dos trabalhadores, os seus bens, contra as acções do inimigo e da reacção. É tarefa da informação servindo como meio de comunicação de experiências, difundindo e estimulando as realizações, servir como meio que generalize os sucessos alcançados na superação de limitações.

Os sacrifícios, os fracassos e os sucessos serão de todos.

DIMINUIR OS CUSTOS DE PRODUÇÃO

Fazer-se ou não fazer-se sacrifícios inúteis é algo que interessa a todos. Nós precisamos de diminuir os nossos custos de produção. Estes ainda são extremamente elevados. Não podemos investir anualmente 30 contos num hectare cultivado que rende 20. Alguém tem que pagar esse défice de 10 contos, esse alguém são os impostos que nós pagamos, são os preços que nós pagamos. Diminuir os custos de produção significa não aumentar os preços do arroz e da batata, do sal e do açúcar, da capulana ou do tóstoro. Diminuir os custos de produção quer dizer que com o mesmo dinheiro posso comprar mais e melhor. Dimi-

nuir os custos de produção permite ao nosso país competir melhor no mercado internacional, apresentando produtos iguais aos de outros países, mas mais baratos.

Numerosas são as acções que podemos realizar para diminuir os custos de produção. Não fazer de um vagão dos caminhos de ferro armazém permite uma maior rotação de vagões, permite que esse vagão circule, por consequência, escoe maior quantidade de produtos. Baixar os custos de produção é não deixar um camião de 15 toneladas circular com 5 toneladas. O camião continuará a gastar a mesma quantidade de diesel ou gasolina, pneus e peças, para transportar um terço daquilo que devia transportar. Baixar o custo de produção é não permitir que um camião circule vazio; é não ter os trabalhadores a 20 ou 30 quilómetros do local de trabalho, forçando os camiões e tractores a fazerem numerosas viagens como machimbombos em vez de transportar carga. Baixar os custos de produção é organizar em tempo devido todos os factores de produção, de maneira a que o atrelado construído com o esforço dos trabalhadores não fique três meses à espera de tinta. Baixar os custos de produção é ter simultaneamente o tecido, o botão, a linha, o forro, a entretela, para que da fábrica saia rapidamente o fato completo. Baixar os custos é organizar o camião para transportar o algodão a granel e não saco por saco; cada saco custa dinheiro, o algodão dentro do saco é batido e a fibra desvaloriza-se.

Baixar os custos de produção significa não desviar os trabalhadores e os meios de produção da tarefa principal. Criou-se o costume de se requisitarem pessoas.

ELIMINAR A PREPOTÊNCIA, A DESCOORDENAÇÃO E A BUROCRACIA

Requisita-se um saco de batatas. Mas uma pessoa não é um saco de batatas para ser requisitada. Pior ainda, criou-se o hábito de a «Sede» requisitar pessoas. A «Sede» é uma casa, não é

um responsável. Não é um dirigente, é uma casa, um local. A tal «sede» requisita um trabalhador por tempo indeterminado e tarefa indefinida. O local de trabalho continua a pagar uma pessoa que aí não produz. Requisita-se sempre os melhores, os mais dedicados, os mais sérios, aqueles que mais falta fazem no local de produção. Requisita-se sem consultar sequer a direcção da empresa ou do local do trabalho. Queremos dizer claramente que não autorizamos requisições de pessoas. Queremos dizer claramente que não há Sedes.

Há primeiros secretários do Partido, na província, no distrito, na localidade, há membros dos Secretariados dos Comités do Partido a vários níveis, que, após consulta com a direcção da empresa ou do local de trabalho, para um prazo determinado e uma tarefa precisa, poderão solicitar o apoio deste ou daquele militante, tendo sempre em conta a necessidade de não afectar a produção. O organismo que solicita esse apoio deverá pagar esse tempo de trabalho, e não a empresa ou sector de trabalho donde ele vem.

Ninguém é autorizado a parar um comboio, um avião, atrasar a entrada ou saída de um navio. O comboio, o avião, o navio, o machimbombo, a camionagem têm horários precisos, têm metas a cumprir no transporte de passageiros e de carga.

Se há uma emergência, se há vidas humanas em jogo, se há um imperativo nacional, então essa decisão de parar ou atrasar esse meio de transporte deve ser tomada pelo responsável máximo dessa zona. Esse responsável terá que justificar perante os superiores hierárquicos a decisão e responderá pessoalmente por ela, se ela for errada.

Nos portos e aeroportos, nas gares ferroviárias e rodoviárias, há um dirigente, ao qual se subordinam todos os organismos aí existentes. Por exemplo, num aeroporto, se existe migração, alfândega, esses organismos existem para servir o tráfego, não para atrasar o tráfego, não para atrasar aviões. Um passageiro

que fez 12 horas de voo para chegar ao nosso país, como se sente se levar quatro horas para sair do aeroporto? O nosso aeroporto em vez de ser um cartão de visita da nossa hospitalidade tornar-se-á um pesadelo de burocracia.

O navio, ou o avião, ou o comboio que saem atrasados criam grandes danos à economia nacional. Sabemos por exemplo como sofre uma fábrica nossa se a encomenda que fez chega atrasada a Moçambique. Os outros países também sofrerão se aquilo que nos encomendaram chegar atrasado. E preferirão no futuro encomendar o produto noutro sítio que lhes garanta o respeito do prazo. O passageiro que embarca e deverá fazer uma ligação num outro aeroporto sentir-se-á desesperado ao perder a ligação porque o seu avião saíu atrasado de Moçambique. Por isso mesmo preferirá num futuro escolher uma outra companhia.

Diminuir os custos de produção é não deixar as mercadorias nos armazéns semanas e meses. Gastamos dinheiro para comprar essas mercadorias que devem render dinheiro na produção e não o estão a fazer. Fizemos esforços para produzir uma mercadoria para ser vendida, ela nada nos rende estando parada no armazém, onde muitas vezes até se deteriora ou apodrece. Com tristeza, sobretudo porque estamos no Ano Internacional da Criança, constatamos que nos nossos portos estão armazenadas muitas bolas que gosaríamos de ver nas mãos das nossas crianças para lhes dar alegria e fazê-las crescer saudáveis.

Estes numerosos exemplos demonstram descoordenação, desorganização, desleixo, burocratização, reflectem falta de concentração do poder de direcção.

CONCENTRAR O PODER DE DIRECÇÃO

No emblema do nosso Partido surge o martelo; ele surge em quase todos os emblemas dos partidos comunistas e operários e tem um duplo significado. Significa a classe operária e significa

o seu poder. Na cabeça do martelo se concentra toda a força que faz enterrar o prego na madeira mais dura, que despedaça a rocha mais rija, quando a força é aplicada com rigor no escopro.

A direcção tem que concentrar a força como a cabeça do martelo. O poder dessa força é proporcional ao comprimento do cabo. Quer isto dizer que para a direcção aplicar com eficácia a força, tem que possuir o cabo adequado. Um pequeno cabo exige muita força e tem pouco resultado. O nosso cabo é constituído pela democratização dos métodos de trabalho e pela colectivização da direcção.

Quanto melhor soubermos elaborar uma decisão com a ampla participação daqueles que a vão executar, uma decisão enriquecida pelas contribuições daqueles que na prática a realizam, melhor a decisão é assumida, melhor é executada. Neste processo ganhamos a confiança dos quadros e dos trabalhadores em geral, o que permite, sempre que necessário, uma confiança total numa decisão da direcção, quando não preparada através de um processo de discussão. O que permite também, mesmo quando a decisão não foi preparada através de uma discussão, que as pessoas sejam capazes de a compreender e assumir, pelo hábito adquirido de raciocinar e analisar os problemas. O que permite iniciativa criadora e correcta no cumprimento das decisões. O que permite finalmente uma completa identificação e confiança na direcção.

Mas é na cabeça do martelo, é na direcção que se concentra o poder. O poder não se discute, não se contesta, não se brinca com ele. O nosso poder, em qualquer nível, é a expressão da ditadura do proletariado no nosso País, ele deve ser exercido, ele não é letra morta, ele tem que ser sentido. O desleixo no trabalho, o atraso, o verificarmos que numa fábrica há pessoas com 140 dias de ausência de trabalho, o desvio de fundos, a peça mal feita, a viatura mal reparada, o camião destruído pelo excesso de velocidade e embriaguês, não constituem maté-

ria de crítica e autocrítica. São matéria de punição. Na Constituição da República, na edificação do socialismo, existe o princípio fundamental de a cada um segundo o seu trabalho.

O bom trabalho é premiado, o mau trabalho é punido. O próprio vencimento deve exprimir a realidade do bom ou mau trabalho. É injusto que o trabalhador atrasado e desleixado tenha o mesmo salário que o trabalhador dedicado e consciente. A empresa, o sector de trabalho não devem hesitar em punir o mau trabalho, não devem hesitar, se necessário, em despedir o mau trabalhador. O mau trabalhador não deve ficar desempregado; não queremos criar desemprego. Deve ser afectado noutro local de trabalho, noutra zona com um salário inferior e sob o controlo popular.

A direcção deve-se exercer política, administrativa e tecnicamente. A linha política tem que ser assumida pelo dirigente do local de trabalho, para que ele compreenda, sua tarefa, para que ele faça assumir a todos os seus subordinados a tarefa que lhes cabe no processo da criação de riqueza no nosso país. A direcção administrativa tem que ser exercida, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos e tarefas incumbidos pelo Plano, de modo a premiar ou penalizar o trabalho realizado. A direcção técnica é inseparável da direcção política e administrativa, porque é ela que garante o rigor científico necessário ao cumprimento das metas fixadas, é ela que garante a iniciativa criadora e evita o espontaneísmo anarquista. É ela que garante a coordenação do esforço e impede a dispersão da atenção.

A LENTIDÃO NA TOMADA DE DECISÕES

Os Ministérios e organismos equiparados a Ministérios são aparelhos de direcção máxima do Estado no sector respectivo. A direcção implica tomada de decisão. O adiamento contínuo de tomada de decisão é incompatível com uma direcção correcta.

A tomada de decisão não fundamentada política e cientificamente também é incompatível com uma direcção correcta. Parece ser característica de certos sectores a lentidão nas decisões. Parece ser característica de certos sectores estrangularem-se as decisões durante meses, senão mesmo anos. Dizemos estrangular porque é esse o resultado prático da lentidão: bloquear o trabalho. Os exemplos são numerosos. Eles vão desde contratos que aguardam meses para serem aprovados até à não resposta de propostas recebidas. A lentidão causa prejuízos extremamente graves à economia nacional. Podemos recusar uma proposta, podemos pedir uma discussão mais aprofundada, mas não responder ou levar meses a responder apenas transmite uma imagem de desleixo, indiferença, falta de seriedade, falta de cortesia.

Significa, em termos práticos, incapacidade de direcção. O atraso na contratação de um técnico prejudica seriamente uma empresa e atinge também a própria organização da vida desse técnico, que não pode ficar meses aguardando uma resposta, tendo que alimentar a sua mulher e filhos e pagar a renda da sua casa.

O RESPONSÁVEL DEVE TER UMA VISÃO DE CONJUNTO

Os membros do Conselho de Ministros são pessoalmente responsáveis. Eles são os dirigentes máximos do seu sector, eles são a expressão mais elevada do poder no sector que dirigem. Os Directores Nacionais são os seus colaboradores directos, são seus delegados e, por isso, representantes do poder de Estado nas suas esferas específicas.

O poder não se fragmenta. O poder não é constituído por grãos de areia, arbitrariamente separados. Quer isto dizer que se um problema é apresentado a um responsável, ele não pode ser indiferente à resolução desse problema, mesmo quando o problema não se enquadre na sua competência específica. Se o

problema não se enquadra na sua competência específica, o responsável terá a preocupação de o encaminhar para o sector interessado. Porquê? Porque se trata de um problema que afecta o nosso País, porque se trata de um problema que a não ser resolvido atingirá os interesses do nosso Povo. O responsável, embora com competência específica, representa e defende a totalidade dos interesses do nosso Povo. Sou das Obras Públicas e verifiquei que no porto de Nacala se encontra chá a deteriorar-se. Não posso contentar-me em dizer que isso é um problema do Ministério dos Transportes e Comunicações ou do Ministério do Comércio Externo. Aquele chá vai pagar os varões de ferro que eu necessito para a construção. Sou do Ministério da Educação e constatei que na fábrica têxtil os teares estão parados por falta de peças. Não posso absolver-me da minha responsabilidade, dizendo que isso é matéria de B.R.I. e do Banco. A fábrica parada são as batas escolares que não serão feitas. Sou do Ministério da Saúde e vi o camião das Forças Populares a circular a 100 quilómetros horários no centro da cidade. Não posso afirmar que isso é com a Polícia Militar; os feridos, os prejuízos, que porventura resultem desse excesso de velocidade não me vão deixar indiferente.

A resolução dos problemas não é parcial. O responsável tem que possuir a visão de conjunto. Antes de dizer que é Director Nacional da Energia ou da Alfabetização e Educação de Adultos, ele é Director Nacional. A expressão Director Nacional quer dizer claramente um nível de responsabilidade política, de poder, na direcção do nosso Estado. A sua tarefa específica nunca pode fazer esquecer o aspecto principal da natureza e do sentido do poder que ele representa.

A direcção de um sector não se exerce independentemente de outros sectores. Cada local de trabalho não é um bantustão, repetimos. É necessário que o responsável de um local de trabalho tenha uma visão de conjunto da economia nacional, das potencialidades e recursos do país. Por exemplo, quando no Vale do Limpopo preciso de combater a praga dos pardais «cué-cué», que chegam a devorar mais de 2 mil toneladas de arroz, devo investigar se não existem dentro do país os meios para combater essa praga, antes de encomendar no estrangeiro o serviço que necessito. Não devo encomendar tecidos no estrangeiro antes de previamente assegurar a maximização da produção têxtil instalada no país.

Quer dizer, as decisões devem ser precedidas de investigação rápida. As decisões, para serem correctas, devem assentar num conhecimento correcto da realidade. As visões parciais, os conhecimentos fragmentados, conduzem a decisões erradas e prejudiciais. Por isso, ao nível central, ao nível de cada Ministério, ao nível de cada província, ao nível de cada direcção provincial, ao nível de cada empresa, necessitamos de trabalhar em conjunto, conhecer as ligações entre o meu sector e os outros sectores, saber como combinarmos as nossas forças isoladas numa força única. Significa sabermos construir o martelo com a cabeça poderosa e concentrada e braço longo para despedaçarmos o subdesenvolvimento.

REFORÇAR A DIRECÇÃO EFECTIVA DAS EMPRESAS

A existência de numerosas empresas ainda com Comissão Administrativa e mesmo de certas empresas teoricamente privadas, mas na prática abandonadas pelos seus proprietários, exige do nosso Estado a tomada rápida de decisões. As Comissões Administrativas, impostas ao abrigo do Decreto-Lei 16/75, foram uma solução provisória para neutralizar os efeitos da sabotagem e do abandono das empresas pelos seus proprietários. O saneamento financeiro dessas empresas, determinado pelo 3.° Congresso da FRELIMO, exige simultaneamente a redefinição do estatuto dessas empresas, a sua integração no sector estatal e a instalação de direcções com poderes efectivos. Igualmente, devere-

mos normalizar a situação de empresas teoricamente privadas, na prática abandonadas pelos seus proprietários e que vivem exclusivamente do esforço despendido pelos Ministérios de tutela e do endividamento crescente em relação à Banca Estatal.

As empresas privadas que funcionam correctamente devem ser apoiadas pelos diferentes organismos estatais e financeiros, de maneira a assegurar o cumprimento das tarefas que lhes cabem no quadro do Plano.

Queremos dizer que em todas as empresas e sectores de trabalho tem que existir uma direcção efectiva que exerça efectivamente o poder. Não significa isto que preconizamos ditaduras de patrões ou de gestores. Significa sim, que se deve assegurar o funcionamento correcto das empresas e para isso devem existir direcções reais, funcionando com os métodos de trabalho que nos são próprios e correspondem à natureza de classe do nosso poder.

A COOPERAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

A divisão interna do trabalho complementa-se com a divisão internacional do trabalho.

As relações económicas internacionais são indispensáveis, são fundamentais, para o desenvolvimento do nosso País, constituem também a contribuição da nossa Pátria para o progresso da humanidade.

A unidade política e ideológica já estabelecida com os outros países socialistas deve ser rapidamente complementada pela unidade económica.

O desenvolvimento das relações económicas e comerciais mutuamente vantajosas com os países vizinhos, nomeadamente os países da Linha da Frente constitui um eixo importante no nosso trabalho.

São numerosas as relações de complementaridade económica, são indiscutíveis os laços determinados pela geografia e pela história. O esforço já realizado ao nível das Comissões Mistas com a Tanzania, Zâmbia e Angola apontam para uma maior cooperação, para um melhor dimensionamento das realizações que cada um de nós empreende, na perspectiva do vasto mercado que constitui a África Austral, Oriental e Central. As Comissões Mistas bilaterais terão que ser complementadas num futuro por comissões plurilaterais.

A proximidade geográfica e a amizade política com outros países vizinhos, como Madagáscar, Lesotho, Botswana, Suazilândia, devem ser consolidadas no campo económico. A vizinhança com Malawi e Comores impõe um melhor conhecimento mútuo, com o objectivo duma cooperação vantajosa no combate comum contra o subdesenvolvimento.

A Cimeira prevista para Maputo com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe permitirá que os laços de fraternidade de combate, forjados na luta contra o colonialismo, sirvam de alavanca para uma nova cooperação económica entre os nossos países. A antiga unidade de combate anticolonialista é um triunfo e um factor dinamizador para a criação de uma nova frente de luta que, sem sectarismo, conduza a nossa batalha pela libertação económica.

Num futuro breve está prevista em Lagos uma Cimeira Extraordinária da O.U.A. com o objectivo de dar à nossa organização uma nova dinâmica no combate pela emancipação económica e social do nosso continente. A África pode e deve-se tornar um factor principal na economia mundial. A nossa contribuição a essa Cimeira deve permitir situarmos correctamente ao nível africano, a estratégia da luta de libertação económica.

Existem na nossa zona, países com sistemas sociais diferentes. É nossa responsabilidade como país socialista, a defesa da paz, da coexistência pacífica, do desanuviamento e das relações de boa vizinhança entre países com sistemas sociais diferentes e até mesmo opostos. A República Popular de Moçambique, como

país socialista, tem sempre içada bem alta a bandeira da paz e cooperação entre os povos, que é simultaneamente a bandeira da solidariedade para com a justa luta dos povos oprimidos.

Estamos abertos ao desenvolvimento das relações económicas e comerciais com todos os países, independentemente dos seus sistemas sociais. Estamos abertos à cooperação mutuamente vantajosa com as empresas de outros países. Como país socialista não nos assusta a cooperação com as empresas privadas de outros países. No quadro de empresas estatais e de empresas mistas podemos uns e outros encontrar a vantagem mútua. Nós necessitamos de tecnologia, nós necessitamos de financiamento. Possuímos os recursos, a capacidade de trabalho, a organização e a localização geográfica. Temos, sobretudo, a consciência do que queremos e como queremos.

Recusamo-nos a ser os eternos fornecedores de matérias-primas, recusamo-nos admitir a continuação do velho pacto colonial ainda que sob novas roupagens. Recusamo-nos a participar em posição subalterna na divisão internacional do trabalho, a pagarmos cada vez mais caro os produtos acabados que compramos e a vender cada vez mais barato o esforço do nosso trabalho. Recusamo-nos a vender o minério e a ficar com os buracos, a sermos os novos centros das indústrias marginais e poluidoras.

Com todos queremos trabalhar desde que respeitem os nossos princípios, as suas acções se situem no quadro do nosso plano e a vantagem mútua seja efectiva.

Para uma melhor ofensiva, no quadro internacional, importa especialmente que o Ministério do Comércio Externo, o Banco de Moçambique e as empresas do comércio externo se tornem mais operacionais, mais dinâmicos, mais presentes no mercado internacional. É preciso que tenham a flexibilidade para intervir no momento oportuno e indicado. É preciso que saibam como e quando agir com rapidez e eficácia.

Neste quadro torna-se urgente o reforço em quadros para o

Ministério do Comércio Externo e para as empresas desse sector de actividade. Torna-se urgente que a Comissão Nacional do Plano, o Ministério do Comércio Externo e o Banco de Moçambique organizem e difundam informações sobre a nossa economia e o nosso mercado de maneira a permitir um conhecimento preciso aos empresários e importadores estrangeiros. Ainda neste sector é de materializar rapidamente a constituição da Câmara de Comércio que permita de uma maneira unificada e dinâmica promover as nossas relações comerciais com todos os países e facilite às empresas do nosso País um conhecimento mais adequado dos mercados externos.

Devemos desenvolver as nossas relações com os organismos internacionais e económicos da família das Nações Unidas. Devemos promover o nosso conhecimento e relações com os organismos económicos dos países capitalistas.

A PRÓXIMA DÉCADA

No próximo ano, completam-se os prazos de muitas metas das Directivas Económicas e Sociais. Até Junho de 1980, a Comissão Nacional do Plano deverá submeter o Plano Prospectivo que visualizará o que devemos realizar até 1990, permitirá o estabelecimento do Plano de médio prazo 1981-85 e o estabelecimento dos Planos correntes anuais.

Da nossa discussão nasceram ideias fundamentais.

Sabemos que neste momento, sem contabilizar a produção destinada ao autoconsumo, o produto nacional bruto é da ordem dos sessenta milhões de contos. Como devemos chegar a 1990? Como deve ser a vida dos moçambicanos em 1990?

Temos que chegar a 1990 com uma indústria desenvolvida, com a indústria de base a funcionar, com a agricultura relativamente mecanizada. Em 1990 têm que estar resolvidos e ultrapassados os problemas de alimentação, do vestuário, do calçado,

do desemprego, do analfabetismo, das doenças endémicas que dizimam o nosso Povo.

A década de 1980-90 é a década da transformação radical do nosso País. Em 1990 ao celebrarmos o 15.° aniversário da nossa vitória, ao celebrarmos o 15.° aniversário da vitória do socialismo na República Popular de Moçambique, não nos podemos apresentar ainda como País em desenvolvimento, no actual sentido da palavra. Temos que estar em desenvolvimento para o socialismo avançado.

Já não seremos País em desenvolvimento no sentido de ainda estarmos a romper com o subdesenvolvimento, a miséria e a fome.

Isso exige a criação de condições para alcançar o nível pretendido de desenvolvimento. Isso significa a alteração profunda da estrutura produtiva no nosso País. A vitória prepara-se, a vitória organiza-se. A vitória do socialismo é uma vitória da ciência, ela prepara-se e organiza-se cientificamente. O Plano é o instrumento da organização científica desta vitória.

Dissemos, e é correcto, que a Agricultura constitui a base no nosso desenvolvimento e a Indústria o seu factor dinamizador, a Indústria Pesada o seu factor decisivo. Não se trata de afirmações baseadas em espontaneísmos ou cópia de modelos. É uma afirmação baseada na análise científica da nossa realidade e que tem como objectivo a elevação permanente do bem-estar das classes trabalhadoras, criadoras da sociedade socialista, da riqueza e da História.

O nosso desenvolvimento agrícola é fundado em pequenos e grandes projectos, em pequenos e grandes esforços. O nosso desenvolvimento assenta sobretudo na organização e mobilização do camponês, na organização e mobilização correctas dos trabalhadores agrícolas, no desenvolvimento dos seus conhecimentos científicos e técnicos, na identificação da sua mentalidade com a da classe operária.

A próxima década tem que terminar com o complemento da cooperativização do sector familiar, a urbanização, a socialização, a mecanização relativa da agricultura. A próxima década deverá completar o processo das Aldeias Comunais, fundadas na propriedade e produção socialistas.

O esforço disperso que rende 100 a 200 quilos de algodão por hectare e na próxima década graças à cooperativização permite-nos pensar que em muitos sectores ultrapassaremos os mil quilos por hectare.

O esforço do nosso camponês isolado que rende 400 quilos, quanto muito de milho, por hectare, na cooperativa, na próxima década deve-lhe permitir atingir duas a três toneladas por hectare. São exemplos, são números, mas eles significam esforço e traduzem-se em elevação real do nível de vida e de bem-estar do camponês.

Na década que se inicia teremos que rentabilizar para o consumo e a exportação, os nossos citrinos, ananases, bananas, pêra abacate, mangas, etc. Teremos que aumentar, para comermos e vendermos, a carne, os ovos, o leite, a manteiga, o queijo e os frangos.

OS GRANDES PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO

Temos grandes projectos. Já iniciámos o projecto do Vale do Limpopo e Incomáti.

A próxima década verá a realização do projecto da Angónia.

Exige ainda a realização do projecto dos vales do Save, Lúrio, Lugenda, Montepuez e sobretudo do gigantesco projecto do Vale do Zambeze.

A realização de cada um destes projectos requer investimentos vultosos, esforços gigantescos, não só de trabalho, mas também de aprender. Eles, qualquer deles, vão-se traduzir num aumen-

to substancial, numa modificação radical, do nível e da qualidade da nossa vida.

Para se poderem realizar estes projectos, a nossa indústria tem que se desenvolver extraordinariamente. Estes projectos indicam-nos as tarefas principais da indústria.

Energia, Indústria Química, Siderurgia

Não podemos irrigar sem energia. A electrificação do Centro-Norte e do Sul do nosso País são condições fundamentais para podermos responder às necessidades da Agricultura. Temos que domesticar o «elefante branco» que é CAHORA BASSA. Esse «elefante» tem que dar à nossa agricultura e indústria o marfim que são a energia eléctrica e a irrigação, que produzirão ainda mais energia eléctrica e irrigação, por sua vez. A próxima década exigirá a entrada em funcionamento da Central-Norte e a construção de numerosas barragens para o regadio e electrificação.

Para responder às necessidades de fertilizantes destes projectos agrícolas, temos que edificar a indústria química. A carboquímica e a petroquímica, a partir das reservas já conhecidas e a inventariação e valorização dos depósitos de guano, são exigências do nosso desenvolvimento agrícola e constituem pelos excedentes a criar fontes imensamente importantes de divisas que financiarão o nosso desenvolvimento.

Temos que inventariar e iniciar a rentabilização dos nossos jazigos e depósitos de carvão e hidrocarburetos. Eles constituem uma fonte fundamental de matéria-prima para toda a indústria química. Eles constituem, no imediato, uma fonte principal de divisas que financiem o nosso desenvolvimento. No momento em que a Humanidade se debate com uma gravíssima crise de energia não podemos desperdiçar a oportunidade de valorizar os nossos recursos.

De imediato, impõe-se o estudo aprofundado de jazigos de

carvão nas províncias de Tete e Niassa e dos depósitos de hidrocarburetos já localizados.

A base siderúrgica, o desenvolvimento da indústria metalomecânica, constitui uma outra exigência principal para o nosso progresso.

A inventariação das pedras raras, o conhecimento preciso de dimensão dos depósitos de estanho, zinco, cobre, bauxite, são exigências imediatas para se garantir a sua devida valorização na próxima década.

Utilizando os nossos excedentes consideráveis de energia temos condições muito favoráveis para o estabelecimento da metalurgia e siderurgia dos metais não ferrosos.

A indústria dos materiais de construção, nomeadamente os cimentos, terá que ser dimensionada para responder às necessidades dos planos de regadio, dos planos da indústria, da construção social e da habitação que este desenvolvimento determina.

O abastecimento do povo, a satisfação das necessidades do povo, do seu poder de compra, provocado por este desenvolvimento exigirá um crescimento fundamental na indústria ligeira, nomeadamente têxteis, confecções, calçado, indústria alimentar.

A cartografia completa do nosso País, a inventariação dos recursos do solo e subsolo é uma condição fundamental para o desenvolvimento agrícola e a exploração mineira, para o dimensionamento correcto das unidades de produção para o estabelecimento de vias de comunicação, dos aglomerados humanos.

É a partir do conhecimento preciso, nomeadamente, dos recursos do solo e do subsolo que se podem fazer os projectos, que se podem organizar os financiamentos, que se podem determinar as modalidades e as capacidades de recurso ao mercado financeiro externo. Saberemos o que necessitamos de pedir emprestado e como vamos pagar.

Pescas

Um outro eixo muito importante é a Pesca, nas águas interiores e no nosso Oceano. Conhecemos já os recursos em camarão e estamos a inventariar os recursos noutros custáceos. Conhecemos já parcialmente a viabilidade do atum e tubarão.

A indústria de pesca na próxima década, tem que atingir o seu pleno rendimento, para satisfazer as necessidades do povo em peixe fresco e seco, congelado e conservas, para satisfazer as necessidades em farinha de peixe para os animais, para gerar os excedentes em moeda externa que financiem o nosso desenvolvimento.

A edificação da frota pesqueira, das fábricas, dos frigoríficos, das frotas de transporte dos produtos congelados, tem de ser uma preocupação central.

Transportes e Comunicações

Temos que repensar a situação do transporte.

A electrificação dos principais eixos ferroviários, a construção de novos eixos ferroviários, a ligação entre o Sul, o Centro e o Norte do nosso País por via férrea são preocupações fundamentais.

Não podemos produzir milhões de toneladas de carvão ou de cereais sem garantir o seu escoamento imediato, para o mercado interno e internacional. A promoção da navegação interior e da cabotagem é garantia da diminuição imediata dos custos de produção.

O estabelecimento de uma navegação de longo curso, exige uma preparação desde já.

O asseguramento da frota pesqueira, da frota de cabotagem de longo curso, exigirá a criação de condições para a reparação naval e mesmo para a construção naval. A reparação naval é fundamental uma vez que entre o Golfo Pérsico e a Europa, por exemplo, somente Moçambique dispõe de portos capazes de receber

os superpetroleiros. Devemos rentabilizar a nossa localização numa das principais rotas marítimas mundiais.

Combinando eficazmente o transporte ferroviário, a navegação interior e a cabotagem, poderemos dimensionar e utilizar correctamente a frota rodoviária e aérea.

Saberemos que a tarefa principal da frota rodoviária será a ligação interdistrital, enquanto a frota aérea de transporte é reservada sobretudo à vocação do médio e longo cursos.

A localização do nosso País determina uma responsabilidade especial em relação aos países vizinhos sem acesso ao mar. Mesmo para certos países com acesso ao mar, alguns dos nossos portos constituem a via económica mais correcta para as exportações e importações de algumas das regiões desses países. Temos que dimensionar e apetrechar correctamente os nossos portos, especializá-los para as tarefas que devem cumprir.

O porto de Maputo terá que responder às necessidades de exportação agrícola de todo o Sul do nosso País. Essas exportações serão da ordem dos milhões de toneladas. As necessidades de exportação de carvão, ferro e outros minerais de países vizinhos exigem o redimensionamento das vias férreas, do porto de Maputo e, provavelmente, determinarão a edificação do novo porto na Ponta Dobela.

O porto da Beira tem que responder ao crescimento agrícola e industrial, nomeadamente das províncias de Tete, Manica e Sofala. Ele constitui o porto natural para o Zimbabwe livre, para o Botswana, para a Zâmbia e mesmo para certas regiões do Zaire. Nacala é um porto de condições excepcionais. Ele deve responder às necessidades determinadas pelos projectos agro-industriais e mineiros de todo o Norte do Zambeze, e dos países vizinhos.

Os pequenos portos de cabotagem ao longo da costa, os portos pesqueiros têm que ser devidamente apetrechados para corresponderem às exigências do crescimento económico.

A rede rodoviária também necessita de ser redimensionada e alargada para assegurar a comunicação rápida entre os novos centros de produção e as terminais ferroviárias e portuárias, assegurar a comunicação com os novos centros urbanos.

A comunicação eficiente e rápida, segura e económica, é uma das condições essenciais para qualquer planificação e desenvolvimento económico. A rede telefónica, de telex, os serviços de correio, têm que garantir a comunicação imediata entre todas as partes do território nacional e entre o nosso País e o estrangeiro. O telegrama postalizado, isto é, o telegrama que já o não é porque transportado e distribuído como uma carta embora pago como telegrama, as horas ou dias de espera para se comunicar com Lichinga, provocam muitas centenas de milhar de contos de prejuízo à economia nacional. Temos que enterrar os métodos e sistemas obsoletos de comunicação.

O Plano terá que contemplar a importante questão do transporte urbano. A próxima década verá surgir novas cidades no nosso País. A perspectiva do custo crescente do petróleo bruto deve-nos levar a prever que nas grandes cidades, a fonte principal de energia para o transporte colectivo, deve ser a energia eléctrica reservando-se o machimbombo clássico, para as ligações interdistritais e para as zonas urbanas de menor dimensão. Igualmente, a ligação entre as grandes cidades e a sua periferia deverá recorrer cada vez mais ao transporte ferroviário para os passageiros.

Educação e Saúde

O Plano terá que contemplar as exigências da educação. Este ano nascerão mais de 500 mil crianças, que exigirão dentro de 6 anos, pelo menos 500 escolas adicionais e mais 10 mil novos professores. O aumento da produtividade, o domínio da tecnologia crescente que a nossa agricultura, indústria, transporte e construção exigem, requer um desenvolvimento significativo dos conhecimentos científicos dos trabalhadores. Temos que fazer o

esforço necessário para que celebremos o 15.° aniversário da vitória do socialismo em Moçambique livre da herança tremenda do analfabetismo.

A Saúde, de que já registamos conquistas, tem que se tornar uma realidade na vida quotidiana do nosso Povo até 1990.

Ao iniciar a nova década teremos atingido 1,25 camas por mil habitantes nas unidades sanitárias. É muito para o que existia, é ainda pouco para o que necessitamos. Mas a saúde não são apenas as camas, é sobretudo o melhoramento das condições sanitárias e higiénicas de maneira a prevenir a doença. A nossa esperança de vida é em média de 40 anos. Em 1990 terá que ser muito mais. Já conseguimos baixar a mortalidade infantil para números entre 150 e 200 por mil, mas temos que ainda reduzir drasticamente a mortalidade nas nossas crianças. No socialismo as crianças nascem para viver.

Defesa e Segurança

O Plano tem que contemplar as Forças de Defesa e Segurança.

A edificação de um país socialista ainda se faz historicamente fazendo face à agressividade do imperialismo. Para preservarmos a paz, necessitamos de ser fortes. Para que a escola, o hospital, o lar, a fábrica, a mina possam cumprir a sua tarefa, precisamos de manter longe o inimigo. Mas as Forças de Defesa e Segurança só podem crescer com o crescimento da Economia Nacional. Elas não podem apenas ser protectoras da Economia Nacional, têm que ser elemento activo no crescimento da Economia. A tradição das Forças Populares foi e continuará a ser a da unidade íntima entre o combate, a produção e o estudo. Sacrificar um destes elementos é desnaturar o seu carácter de Forças Populares.

PREPAREMO-NOS PARA A NOVA ETAPA

Apontámos algumas ideias principais que devem constituir a ossatura do Plano do desenvolvimento socialista que nasce. Não

se trata de uma exposição exaustiva. O que se quis foi fixar as direcções principais do nosso avanço, as direcções principais que constituem tarefas de todos e de cada um, de modo a garantir que 1990 encontre a República Popular de Moçambique como um Estado Socialista com uma Economia relativamente desenvolvida.

Discutimos amplamente a estratégia e a táctica da nossa acção em 1979 e em 1980. Terminámos cada sessão de trabalho com uma síntese que cobriu a essência das acções a desenvolver, síntese que constitui correcção do Plano 1979-80, submetido pela Comissão Nacional do Plano.

Estes dias e noites consecutivos de discussão armaram-nos para as tarefas imediatas a que somos chamados. Necessitamos agora de em cada sector estudar como aplicar e passar à execução. Necessitamos de nos prepararmos convenientemente para a etapa que se abre.

Saudamos os esforços realizados, a contribuição activa dada. Constatámos de novo que se manifesta mais sólido, mais unido, o nosso pensamento. Terminamos a reunião confiantes que nos diferentes postos de trabalho se encontram companheiros com um pensamento comum e uma idêntica determinação de cumprir.

O SOCIALISMO VENCERÁ!

A LUTA CONTINUA!